

Demonstrações Contábeis

acompanhadas do relatório do auditor independente referentes
ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022



Will S.A. Instituição de Pagamento

will ●
BANK

Diretoria

- ▾ **Diretor Geral**
Felipe Felix Soares de Sousa
- ▾ **Diretor Corporativo**
Ricardo Saad Neto

Contadora

- ▾ **Liliane Vicente Bifano**
CRC 1SP-326110/O-9

Relatório da Administração 2022

Receitas de Intermediação Financeira

As receitas financeiras compostas principalmente por mora, multa, encargos financeiros, *floating* e decorrentes de operações de câmbio totalizaram R\$149 milhões no ano de 2022, um crescimento de 66% se comparado ao ano anterior, no qual essas receitas foram de R\$90 milhões.

Despesas com Intermediação Financeira

As despesas financeiras envolvem as nossas despesas com juros, também chamado de custo de captação, são principalmente despesas com emissão de CDBs e LCs pré e pós-fixados, distribuídos por corretoras parceiras, além de tarifas e encargos. No exercício de 2022, esse custo cresceu 272% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, substancialmente por conta do aumento da taxa básica de juros, que foi em média 12,53% em 2022, cerca de 8 p.p. acima da taxa média em 2021 que foi de 4,51%.

Resultado de Intermediação Financeira

Decorrente das variações acima expostas, o resultado de intermediação financeira atingiu o montante de R\$85 milhões negativos no ano de 2022, ante R\$17 milhões positivos no ano de 2021.

Receitas com Prestação de Serviço

As receitas de serviços, compostas principalmente pela taxa de intercâmbio, tiveram um aumento de 68%, saindo de R\$109 milhões no ano de 2021 para R\$183 milhões no ano de 2022.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas, que englobam também as despesas com pessoal e infraestrutura, alcançaram no ano de 2022 R\$184 milhões, um aumento em 46% se comparado ao ano anterior. Esses aumentos ocorreram devido aos seguintes fatores: i) Significativo aumento do quadro de colaboradores, necessário para acompanhar o crescimento das nossas operações e expansão de linhas de negócio; ii) início da campanha nacional de branding, que impulsionou o reconhecimento da marca will bank e engajamento nas mídias da companhia; e iii) aumento das despesas de aquisição por conta do maior número de *leads* e da base de clientes.

Relatório da Administração 2022

Resultado Líquido

Em linha com a atual estratégia de crescimento da Companhia, o resultado líquido foi de R\$51,8 milhões negativos no ano de 2021 para R\$164,9 milhões também negativos em 2022. Este resultado negativo é decorrente principalmente do aumento do custo de captação, além do crescimento operacional que obrigou a companhia a aumentar seus custos operacionais e despesas.

Adicionalmente, a Administração declara, conforme requerido pela Circular BACEN 3068, sua intenção e capacidade financeira da Companhia para manutenção dos títulos destacados em nota explicativa 6 às demonstrações contábeis até os seus vencimentos.



Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Churri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Will S.A. Instituição de Pagamento

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Will S.A. Instituição de Pagamento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Will S.A. Instituição de Pagamento em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião com ressalva

Mensuração do investimento em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3 e nº 6 às demonstrações contábeis, a Instituição é a única cotista do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera (“Fundo”), o qual adquire direitos creditórios inadimplidos da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, controlada integral da Instituição. Portanto, conforme Resolução nº 3.533 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), todos os riscos e benefícios do ativo financeiro (direitos creditórios inadimplidos) são retidos pela Instituição. Contudo, a Instituição adota como prática contábil a mensuração das aplicações nas cotas do Fundo ao valor justo dos direitos creditórios, cujos montantes totalizam R\$127.021 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$56.866 mil em 31 de dezembro de 2021) de direitos creditórios registrados nas demonstrações contábeis. Considerando que o Fundo é detido pela Instituição, entendemos que a mensuração de referidos direitos creditórios deveria ser realizada com base na Resolução nº 2.682 do CMN, que dispõe sobre a classificação das operações de crédito em diferentes níveis de risco (“rating”) e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os montantes dessas operações. Se a Administração tivesse adotado os requerimentos de referidas resoluções, os saldos desses direitos creditórios do Fundo em 31 de dezembro de 2022 e em exercícios anteriores, bem como os respectivos efeitos nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2022, seriam afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto nas demonstrações contábeis não foram quantificados.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Limite de capital regulatório

Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que descreve que, a partir de 1º de julho de 2023, entra em vigor a Resolução BCB nº 199, a qual estabelece nova metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) para conglomerado prudencial classificado como Tipo 3, projetando desenquadramento da Instituição aos limites mínimos de capital regulatório a partir dessa data. Adicionalmente, a referida nota explicativa descreve uma série de iniciativas da Administração, especialmente quanto à implementação de processo para novo aporte de capital, inclusive com compromisso de suporte financeiro dos atuais controladores, com finalidade de enquadramento da Instituição às alterações trazidas pela referida resolução. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, em decorrência da retificação de erro, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na norma brasileira NBC TG 23 ou pronunciamento técnico CPC 23 - “Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro”. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” anteriormente, a Instituição adota como prática contábil a mensuração das aplicações em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera com base no valor justo dos direitos creditórios, em desacordo com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional. Em decorrência disso, os efeitos desse assunto no Relatório de Administração não foram quantificados.



Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de junho de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

Balanços Patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em Milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa		176.979	103.942
Disponibilidades	5	158.712	103.942
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		18.267	–
Instrumentos Financeiros		1.617.139	1.041.995
Títulos e Valores Mobiliários	6	429.380	269.553
Recebíveis de Cartão de Crédito	7	1.204.260	783.922
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	7	(16.502)	(11.480)
Relações Interfinanceiras		5.869	–
Outros créditos	8	736.793	682.692
Ativos Fiscais Diferidos	15c	221.416	128.283
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas	9	346.420	359.890
Imobilizado de Uso	10	31.897	25.429
Intangível	11	174.609	50.722
Depreciações e Amortizações	10/11	(39.691)	(22.951)
Total de Ativo		3.271.431	2.370.000
Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos e Instrumentos Financeiros		2.805.984	1.739.517
Depósitos	12a	53.786	32.985
Relações Interfinanceiras	12b	2.752.198	1.706.532
Obrigações por empréstimos e financiamentos		–	27
Provisões e Contingências Passivas	13	4.017	2.354
Outras Obrigações	14	305.564	309.190
Total do Passivo		3.115.565	2.051.088
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16	486.452	486.452
Reservas de Capital	16	16.686	14.764
Prejuízos Acumulados		(347.272)	(182.305)
Total do Patrimônio Líquido		155.866	318.912
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.271.431	2.370.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em Milhares de Reais - R\$, exceto o número de ações e (prejuízo) por ação)

	Nota	2022		2021
		2º Semestre	Exercício	Exercício Reapresentado
Receitas de Intermediação Financeira		92.095	149.022	89.977
Receitas financeiras de operações de cartão de crédito	17a	43.987	80.011	41.627
Resultado de Títulos e valores mobiliários	6b	47.841	68.839	48.368
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17a	339	339	50
Rendas de Câmbio	17a	(72)	(167)	(67)
Despesas de Intermediação Financeira		(147.553)	(229.226)	(61.650)
Despesa de juros e similares	18a	(136.335)	(207.371)	(43.313)
Despesa com tarifas e similares	18a	(11.218)	(21.855)	(18.337)
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		(9.627)	(5.022)	(11.480)
Despesas com provisão para perdas associadas a recebíveis de cartão de crédito		(9.627)	(5.022)	(11.480)
Resultado de Intermediação Financeira	18a	(65.085)	(85.226)	16.847
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(99.102)	(164.304)	(104.678)
Receita de prestação de serviço	17b	105.592	183.014	108.643
Outras despesas relacionadas a crédito	18b	(37.245)	(66.582)	(43.647)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	18b	(26.424)	(46.713)	(12.550)
Despesas de pessoal	18b	(60.321)	(117.589)	(64.033)
Despesas tributárias	15b	(6.055)	(10.567)	(6.285)
Despesas de provisões	18b	(1.039)	(1.663)	(216)
Depreciação e amortização	18b	(13.637)	(21.826)	(10.246)
Outras despesas administrativas	18b	(23.877)	(52.671)	(64.422)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	9	(22.290)	(15.470)	9.361
Outras receitas e despesas operacionais	18b	(13.806)	(13.967)	(19.230)
Teste ao valor recuperável de ativos		—	—	(2.053)
Resultado antes de tributos e participações		(164.187)	(249.530)	(87.831)
Tributos e participações		48.768	84.562	35.968
IRPJ e CSLL diferidos	15a	48.768	84.562	35.968
(Prejuízo) do semestre/exercício		(115.419)	(164.968)	(51.864)
Número de Ações		346.917.223	346.917.223	346.917.223
(Prejuízo) por ação (em Reais)		(0,33)	(0,48)	(0,15)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em Milhares de Reais - R\$)

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício Representado
(Prejuízo) do semestre/exercício	(115.419)	(164.968)	(51.864)
Resultado Abrangente do semestre/exercício	(115.419)	(164.968)	(51.864)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em Milhares de Reais - R\$)

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2020		149.750	–	296	(130.441)	19.605
Aumento de Capital	16	–	250.000	–	–	250.000
Investimento - Will Holding	16	86.702	–	13.827	–	100.529
Pagamentos baseados em ações		–	–	641	–	641
Resultado de exercício (Reapresentado)	16	–	–	–	(51.864)	(51.864)
Saldo em 31/12/2021		236.452	250.000	14.764	(182.305)	318.912
Mutações no período		86.702	250.000	14.468	(51.864)	299.306
Saldo em 30/06/2022		486.452	–	15.737	(231.853)	270.336
Pagamentos baseados em ações		–	–	949	–	949
Resultado do semestre	16	–	–	–	(115.419)	(115.419)
Saldo em 31/12/2022		486.452	–	16.686	(347.272)	155.866
Mutações no período		–	–	949	(115.419)	(114.470)
Saldo em 31/12/2021		236.452	250.000	14.764	(182.305)	318.913
Aumento de Capital		250.000	(250.000)	–	–	–
Pagamentos baseados em ações		–	–	1.922	–	1.922
Resultado do exercício	16	–	–	–	(164.968)	(164.968)
Saldo em 31/12/2022		486.452	–	16.686	(347.272)	155.866
Mutações no período		250.000	(250.000)	1.922	(164.968)	(163.046)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Fluxo de Caixa

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em Milhares de Reais - R\$)

	Nota	2022		2021
		2º Semestre	Exercício	Exercício Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado líquido do semestre/exercício		(115.419)	(164.968)	(51.864)
Ajustes ao resultado líquido				
Depreciação e amortização	18b	13.637	21.826	10.246
Despesa com provisão de liquidação duvidosa	18a	9.627	5.022	11.480
Resultado/compensação de tributos diferidos	15a	(48.768)	(84.562)	(35.968)
Provisões legais	18b	1.039	1.663	216
Resultado com fundos de investimento	6b	(39.548)	(54.851)	(43.522)
Rateio de despesas do período		7.660	7.660	22.605
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	9	22.290	15.470	(9.361)
Resultado na baixa de imobilizado e intangível	10/11	9	1.345	–
Pagamentos baseados em ações		949	1.922	641
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		848	474	–
Teste ao valor recuperável de ativos		–	–	2.053
Resultado Ajustado		(147.676)	(248.999)	(93.473)
Variação em ativos e passivos operacionais				
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	6	(78.714)	(104.977)	(27.840)
(Aumento)/Redução em Recebíveis de Cartão de Crédito	7	(387.824)	(420.338)	(285.247)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	8	62.398	(110.151)	(549.617)
Aumento/(Redução) em Depósitos	12a	18.179	20.801	17.571
Aumento/(Redução) em Relações Interfinanceiras	12b	667.462	1.045.666	841.032
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	14	51.230	(3.626)	238.082
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		185.055	178.376	140.508
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Participações em Coligadas e Controladas		–	–	(250.000)
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Uso e Intangível	10/11	(64.685)	(102.840)	(36.582)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento		(64.685)	(102.840)	(286.582)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de Capital		–	–	250.000
Investimento - Will Holding e Will Produtos	16	–	(2.000)	100.529
Obrigações por empréstimos e financiamentos		–	(27)	(51)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento		–	(2.027)	249.949
Aumento/(redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		120.370	73.511	103.875
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do semestre/exercício		57.457	103.942	67
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(848)	(474)	–
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do semestre/exercício		176.979	176.979	103.942
Aumento/(redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		120.370	73.511	103.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

1. Contexto Operacional

A Will S.A. Instituição de Pagamento ("Will Pagamento" ou "Companhia"), anteriormente Will S.A. Meios de Pagamento, é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Eugênio de Medeiros, nº 303, Cj. 1001, 10º Andar, Condomínio WTORRE UNIDAS TORRE II, Pinheiros, São Paulo - SP - Brasil.

A Companhia faz parte do Conglomerado Prudencial Will Bank (ou "Grupo") do qual também fazem parte a Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Will Financeira"), o Fundo de investimento em Direitos Creditórios NP Recuperadora ("FIDC"), a Will Holding Financeira Ltda ("Will Holding") e a Will Produtos Ltda ("Will Produtos").

A Will Pagamento, tem como objetivo fornecer soluções de pagamento através da emissão e administração de cartões de crédito internacionais com a bandeira Mastercard, e emissão de moeda eletrônica através do serviço de conta de pagamento 100% digital, sem tarifas e com remuneração de 100% da taxa DI, além de outros serviços de pagamento complementares como transferências, pagamentos de boletos, recarga de celular, PIX e saques através de caixas eletrônicos 24 horas.

A Will Pagamento iniciou suas operações em 01 de dezembro de 2019, sob a ainda denominação Supernova S.A. Instituição de Pagamento, empresa fruto da cisão da Pag S.A. Meios de Pagamento que trouxe consigo o produto Pag! que em dezembro de 2020 possuía mais de 1.5 milhão de cartões emitidos. Em AGE realizada no dia 05 de outubro de 2020, houve a alteração do seu nome empresarial para Will S.A. Meios de Pagamento. A mudança da denominação da empresa vai ao encontro da estratégia do Grupo em desenvolver um novo banco digital com marca forte, direta e simples, que possibilite uma experiência intuitiva e transparente aos seus clientes, ocorrendo concomitantemente com o desenvolvimento do aplicativo Will Bank.

Em 11 de julho de 2021, foi celebrado um acordo de investimento com o Fundo de Private Equity da XP e com a Atmos Capital, no montante de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na Will Pagamento, em troca de uma participação minoritária (24,9%). O contrato previa a reorganização societária do grupo, onde a empresa Will Holding foi criada em 03 de julho de 2021 e obteve o controle da Will Financeira em 19 de julho de 2021. Adicionalmente, a Will Pagamento obteve o controle da Will Holding em 03 de agosto de 2021.

Em agosto de 2022, a Will Pagamentos foi homologada pelo Bacen, porém nesse momento a Will Financeira ainda era a instituição líder do conglomerado Will. Em vista, a configuração societária e operacional do conglomerado Will, além dos benefícios regulatórios decorrentes da homologação, houve o pedido para alteração da instituição líder do conglomerado prudencial para a Will IP em substituição a Will CFI. O pleito desta alteração foi deferido em 13 de setembro de 2022, tornando-a líder do conglomerado após aprovação do Banco Central.

Plano da Administração para aumento de liquidez do Grupo Will

Em linha com a atual estratégia de crescimento da Companhia, o resultado líquido da Will Pagamento foi de R\$51,8 milhões negativos no ano de 2021 para R\$164,9 milhões também negativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, resultando em um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 347,2 milhões nessa data, além de um capital circulante negativo considerados os prazos de realização dos respectivos saldos contábeis ativos e passivos divulgados nas notas explicativas. Este resultado negativo é decorrente principalmente do aumento do custo de captação, ligado diretamente ao aumento da

taxa básica de juros, assim como dos investimentos realizados na estrutura administrativa da Companhia, necessários para sustentar tanto o crescimento operacional atual, quanto dos próximos períodos.

A despeito do resultado negativo descrito anteriormente, a Companhia atendia em 31 de dezembro de 2022 e na data de aprovação destas Demonstrações Contábeis os requerimentos de capital regulatório mínimo. Contudo, a partir de julho de 2023 entra em vigor a Resolução BCB nº 199 (cujo prazo de vigência foi postergado pela Resolução BCB nº 258) (nota 2), que estabelece nova metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) para conglomerado prudencial classificado como Tipo 3, conforme estabelecido na Resolução BCB nº 197, de 11 de março de 2022, projetando-se desenquadramento do PR da Companhia a partir desta data.

Nesse contexto, a Administração da Companhia vem trabalhando em uma série de iniciativas para o fortalecimento de seu capital e de sua liquidez no curto prazo, dentre as quais elencamos as principais iniciativas: (i) identificação de oportunidades e ganhos de eficiência operacional, com visível redução de custos operacionais já no primeiro trimestre de 2023, (ii) maior controle de custos, despesas e implementação de processos de acompanhamento de metas, (iii) revisão dos critérios e premissas no compartilhamento de custos e receitas entre as entidades do grupo will, objetivando a adequada remuneração dos serviços prestados e atribuição de custos e despesas administrativas condizentes com suas operações, (iv) redefinição de projetos prioritários e (v) implementação de processo para novo aporte de capital, inclusive com compromisso de suporte financeiro dos atuais controladores, com finalidade de enquadramento da Companhia às alterações trazidas pela Resolução BCB 199 e Resolução BCB nº 258, conforme citado anteriormente.

O processo para um novo aporte demandou a atualização do plano de capital do grupo will, o qual tem como objetivo preparar a entidade a cumprir com suas obrigações de capital no curto, médio e longo prazo, contribuindo com a manutenção da saúde financeira da instituição.

Adicionalmente, o grupo conta com aproximadamente dez instituições financeiras parceiras renomadas para captação de recursos de terceiros via depósitos a prazo, por meio da Will CFI, considerando limites atualmente disponíveis para novas captações com objetivo de agregar na manutenção dos níveis adequados de caixa e liquidez.

A Administração vem envidando esforços contínuos para garantir a continuidade operacional da Companhia e acredita que as iniciativas descritas anteriormente serão bem-sucedidas, as quais associadas com o crescimento operacional e alinhadas com uma estrutura corporativa já desenvolvida, objetivam trazer maior retorno financeiro nos próximos períodos. Portanto, a Administração avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade às suas operações e cumprir com as suas obrigações nos prazos de vencimentos contratados. Com base nessa conclusão, essas Demonstrações Contábeis foram elaboradas baseadas no pressuposto da continuidade operacional.

Ao longo dos últimos anos os acionistas da Companhia, realizaram os aportes necessários para o cumprimento de todas as obrigações legais e regulatórias, com destaque o aporte de R\$250 milhões realizado em parceria pelos fundos geridos pelo Private Equity da XP e pela gestora Atmos Capital, duas das maiores gestoras do país.

Adicionalmente, a Administração declara, conforme requerido pela Circular BACEN 3068, sua intenção e capacidade financeira da Companhia para manutenção dos títulos destacados em nota explicativa 6 às demonstrações contábeis até os seus vencimentos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes estabelecidas pelo Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07, em conjunto com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN" ou "BCB") e Conselho Monetário Nacional ("CMN") e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, a Companhia considerou o disposto na Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, apro-

vados pela CVM, porém nem todos os pronunciamentos foram recepcionados pelo BACEN. Desta forma a Will Pagamento, na elaboração das suas demonstrações contábeis, considerou os seguintes pronunciamentos sumarizados abaixo:

Pronunciamento	Resolução
PC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	BCB 120/21
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	BCB 120/21
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	BCB 2/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	BCB 2/20
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	BCB 120/21
CPC 24 - Eventos Subsequentes	BCB 2/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	BCB 09/20
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	BCB 59/20
CPC 41 - Resultado por ação	BCB 2/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	BCB 120/21

O BACEN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis:

Norma BCB	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. BCB nº 07/2020 - Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. BCB nº 06/2020 - Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo de práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Moeda funcional

Os números apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade gera e despende caixa ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e controlada.

Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução BCB nº 219 de 30/03/2022

A resolução dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Will Bank S.A. Instituição de Pagamento iniciou a avaliação dos impactos de adoção os itens normativos vigentes a partir de 01.01.2025, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 69 dessa Resolução, bem como elaborou plano para a implementação da regulamentação contábil (plano), conforme requerido pelo art. 67.

A Will Pagamento realizou a análise do normativo e mapeou diversos processos impactados. O ciclo de vida do plano parte do mapeamento e definições, seguindo para modelagem e implementação, finalizando na gestão.

- I. Mapeamento: levantamento das unidades estratégicas e funcionários envolvidos no projeto; dos produtos financeiros; dos sistemas corporativos que serão impactados; do gerenciamento dos riscos envolvidos em todo o projeto.
- II. Definições: atualização dos critérios para alocação em estágios e baixa em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito.
- III. Modelagem: elaboração da metodologia de taxa de juros efetivas para os instrumentos financeiros; dos modelos para apuração dos parâmetros de risco e da metodologia para cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; revisão dos modelos de negócios.
- IV. Implementação: estruturação da informação, homologação, teste e implementação em ambiente corporativo de TI dos critérios para alocação em estágios e baixa do ativo quando sua recuperação for julgada improvável; dos ajustes tributários; dos parâmetros de riscos e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e consolidação da informação para contabilização, tributação, reportes e gestão.

A elaboração do plano considerou às informações disponíveis até o momento de sua confecção, adotando como premissas expectativas e necessidades de publicações de leis e normas específicas sobre determinados temas, dentre os quais destacamos: o novo plano de contas contábil, o detalhamento da metodologia a ser adotada para classificação dos instrumentos financeiros e o estabelecimento de parâmetros para mensuração da perda associada ao risco de crédito.

Resolução BCB nº 178/22 - Dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas, na condição de arrendatária, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento. Vigência a partir de 01 de janeiro de 2025.

Resoluções BCB nº 197/22, 198/22, 199/22, 200/22, 201/22 e 202/22 - Dispõe sobre novas regras prudenciais para conglomerados financeiros liderados por instituições de pagamento, harmonizando exigências regulatórias de capital já existentes para instituições financeiras. Aplicáveis a partir de janeiro de 2023 e implementação completa a partir de janeiro de 2025.

Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela Diretoria da Companhia, em 19 de junho de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

Reapresentação das demonstrações comparativas relativas ao exercício de 2021

A Companhia alterou a apresentação de suas Demonstrações Contábeis com objetivo de retificar a alocação, do efeito dos pagamentos baseados em ações no fluxo de caixa, bem como do rateio de despesas relativas ao primeiro semestre de 2021 e impactos da reestruturação acionária ocorrida no grupo no exercício anterior (nota 1). Em decorrência dessas mudanças a Will Pagamento está reapresentando a Demonstração de Fluxo de Caixa para fins de comparabilidade com as Demonstrações Contábeis anteriores.

Demonstrações do Fluxo de Caixa

	2021 - Publicado	2021 - Reapresentado
Resultado líquido do Semestre/Exercício	(61.772)	(51.864)
<i>Ajustes ao resultado líquido</i>		
Pagamentos baseados em ações	—	641
Resultado Ajustado	(104.023)	(93.473)
Participação em coligadas e controladas	(350.529)	(250.000)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento	(387.112)	(286.582)
Investimento - Will Holding e Will Produtos	100.529	—
Pagamentos baseados em ações	641	—
Reversão de reserva para rateio de despesas do 1º sem	9.909	—
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento	361.028	350.478

No contexto da reapresentação acima mencionada, a Companhia alterou ainda a apresentação de suas demonstrações do resultado e do resultado abrangente do exercício de 2021, em função da alocação do rateio acima mencionado, além da correção na quantidade de ações e resultado por ação.

Demonstrações do Resultado

	2021 - Publicado	2021 - Reapresentado
Outras receitas/despesas operacionais	(113.871)	(104.678)
Outras despesas relacionadas a créditos	(45.985)	(43.647)
Despesas de pessoal	(66.767)	(64.033)
Outras despesas administrativas	(69.259)	(64.422)
Resultado antes de tributos e participações	(97.740)	(87.831)
Resultado Líquido	(61.772)	(51.864)
Número de ações	300.000.000	346.917.223
(Prejuízo) por ação (em Reais)	(0,21)	(0,15)

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2021 - Publicado	2021 - Reapresentado
Lucro (Prejuízo) Líquido do semestre e exercício	(61.772)	(51.864)
Resultado Abrangente do semestre e exercício	(61.772)	(51.864)

3. Principais práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Will Pagamentos são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As receitas de tarifas e similares, composta principalmente pela taxa de intercâmbio gerada através da utilização dos cartões em compras. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Ativos e Passivos não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor poderá ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Conforme BCB 02/21, as quebras de circulante e não circulante foram evidenciadas na sua respectiva nota explicativa.

c) Disponibilidade

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia, a liquidez dessas aplicações são realizadas em até 90 dias.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN. E são classificados nas seguintes categorias:

i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

ii) Títulos disponíveis para venda

São títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido dentro de outros resultados abrangentes.

iii) Títulos mantidos até o vencimento

São adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, sendo os rendimentos auferidos reconhecidos no resultado do exercício e não havendo atualização para o valor justo.

As classificações dos títulos foram alteradas para alinhamento com as diretrizes acima.

f) Recebíveis de cartão de crédito

Os recebíveis de cartão de crédito são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos a perda por redução ao valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa no resultado.

A Administração avalia periodicamente os riscos na realização das contas a receber e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando, principalmente, a expectativa com base no histórico de perdas. Carteiras de crédito da Will Pagamentos tem a classificação de risco atribuída em no mínimo o *rating A* e sofrem os efeitos de arrasto das operações estão registradas na Will Financeira, seguindo as regras de provisionamento do Banco Central do Brasil (Resolução 2.682).

g) Valor justo dos Instrumentos Financeiros

O valor justo é considerado o preço que seria recebido por um ativo ou pago por um passivo em uma transação celebrada entre partes de uma transação no mercado. Existem três diferentes níveis de hierarquia de valor justo usados para classificação dos instrumentos financeiros, que são descritas abaixo:

Nível 1: quando a avaliação é baseada em preços cotados em mercados líquidos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: a avaliação é baseada em preços observáveis no mercado, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis que podem ser validados;

Nível 3: a avaliação é realizada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. Estas técnicas podem ser: metodologias de fluxo de caixa descontados, avaliação relativa ou outras técnicas semelhantes.

h) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas estão relacionadas a serviços ou produtos pagos de forma antecipada, e nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros, portanto, estes valores são amortizados ao longo do tempo conforme os direitos e benefícios são transferidos para a Will Pagamento. Estão presentes nesse grupo as despesas referente ao custo de originação da operação de cartão de crédito. Os custos relacionados ao cartão de crédito são amortizados de forma linear de acordo com o estudo da estimativa de vida do cliente na Companhia, atualizado semestralmente.

i) Valores pendentes de liquidação

Os valores pendentes de liquidação estão relacionados a liquidações futuras de serviços ou produtos entre a Will Pagamento e suas contrapartes, inclusive com partes relacionadas.

j) Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto os demais investimentos pelo custo histórico.

k) Imobilizado de uso

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica dos itens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil dos itens de imobilizado são: (I) Móveis e utensílios - 10 anos; (II) Máquinas e Equipamentos de Informática - 5 anos; (III) Benfeitoria em imóveis de terceiros - 5 anos; (IV) Instalações - 10 anos; e (V) Veículos - 5 anos.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

l) Intangível

O Ativo Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os critérios de registro e tratamento desses ativos são estabelecidos pelo CPC 04 homologado pela Resolução Bacen 4.534/2016.

A Will Pagamentos, ao longo de suas atividades, desenvolve internamente itens sem substância física, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade resultante de desenvolvimento interno que gerará benefícios econômicos futuros esperados. Além de ser possível determinar com confiabilidade o custo desses ativos.

O intangível registrado pode incluir e novas interfaces a serem disponibilizadas ao usuário, incluindo ampliação das funcionalidades do aplicativo, incluindo novos produtos que geram receita futura, melhoria nas integrações para facilitar a navegação do cliente e por consequência a diminuição do custo de atendimento. O valor ativado como intangível, em sua maioria, se trata do custo de remuneração atrelado aos profissionais diretamente envolvidos no desenvolvimento dos projetos.

As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para sua utilização também constam no ativo tangível. A vida útil dos itens de intangíveis é de 5 anos."

m) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são avaliados ao fim de cada período, com o intuito de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Caso se tenha algum indicativo, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda é reconhecida imediatamente na Demonstração de Resultado do Exercício ("DRE").

O valor recuperável de um ativo é definido como maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso. É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

Entendemos que existe apenas uma unidade geradora de caixa na Companhia, considerando o modelo de negócio no qual nossos clientes precisam adquirir um cartão de crédito para ter acesso aos produtos do Grupo Will.

Não foram identificadas evidências ou indicativos de impairment durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.053 em 2021), ou mesmo subsequente à esta data que levassem ao reconhecimento de perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

n) Depósitos

Correspondem aos valores de depósitos realizados por clientes. Esses depósitos estão inseridos no contexto normativo de conta de pagamento pré-paga.

o) Relações Interfinanceiras

Representadas pelos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito, sendo os saldos de contas a pagar à bandeira Mastercard, deduzidos das taxas de administração e outras tarifas relacionadas.

p) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos à atualização monetária, segundo os índices contratuais. Os juros incorridos são reconhecidos "*pro rata temporis*". Os compromissos contratuais com juros pré-fixados são considerados pelo valor presente, calculado segundo as taxas e prazos contratuais "*pro rata die*".

q) Cessão de recebíveis

A Companhia efetua cessões de crédito à partes relacionadas, de acordo com a Resolução BCB nº 270/2022 e alterações, que estabelecem procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, classificadas em categoria de operações com transferência substancial dos riscos e benefícios.

Nesse sentido, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixada do título contábil utilizado para registro da operação original e resultado apurado na negociação, positivo ou negativo, é apropriado de forma diferida no resultado do período.

r) Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) corrente originam-se dos impostos a serem recolhidos ou recuperados dentro do semestre.

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, são calculados no final de cada exercício sobre o prejuízo fiscal e são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre base de cálculo com prejuízo serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração.

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescido de 10% do adicional de IRPJ sob o excedente de R\$240 (duzentos e quarenta mil reais). A CSLL é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.

Em 28.04.2022 foi publicada a medida provisória (MP) nº 1.115, convertida em Lei nº 14.446, que alterou a Lei nº 7.689/1988 para majorar a alíquota da CSLL devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. A CSLL foi fixada em 16%, até 31.12.2022, nos casos das pessoas jurídicas referidas nos incisos II ao VII do parágrafo 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105/2001. Vale ressaltar que a medida entrou em vigor apenas no 1º dia do 4º mês subsequente ao de sua publicação.

s) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, que será apenas confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no balanço, exceto quando a Will Pagamento entender que a sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, finalização de processo em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

Já provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com a probabilidade de perda:

- Provável: são reconhecidas provisões no passivo;
- Possível: são divulgados nas demonstrações contábeis, mas não são constituídas provisões; e
- Remoto: não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis

t) Outros passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, ajustado ao seu valor presente.

u) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreu no período apresentado utilizando o método indireto.

v) Pagamentos baseados em ações

Os benefícios concedidos referentes ao programa de pagamentos baseados em ações e opções de ações são mensurados pelo valor justo na data da outorga por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos. O valor justo na data da outorga é contabilizado de forma linear ao longo do período de aquisição, com base na estimativa das ações que eventualmente serão adquiridas, com efeito no resultado do período e contrapartida correspondente no patrimônio líquido, como reserva de capital. A Companhia revisa as estimativas quanto ao número de opções que devem ser adquiridas, com consequente reconhecimento do impacto da revisão das estimativas no resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

w) Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação da Will Pagamento é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais no final do exercício aplicável.

x) Resultados recorrentes/não correntes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para demandas judiciais e instrumentos financeiros.

b) Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

i) Vida útil de ativos não circulantes

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição.

ii) Provisões legais para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

iii) Perda para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo estas evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do semestre quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

iv) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados observáveis como, por exemplo, indicadores de liquidez, indicadores de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado pelos instrumentos financeiros.

iv) provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão de crédito é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco. Para tanto leva-se em consideração os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco (rating), sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

A provisão é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Disponibilidades	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos Bancários	156.997	103.942
Depósitos no Exterior em Moedas Estrangeiras	1.715	–
	158.712	103.942
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (i)		
LFT - Vinculadas a Saldos em Conta Pré-paga	18.267	–
	18.267	–
Total	176.979	103.942

6. Títulos e valores mobiliários

a) Composição

Os instrumentos financeiros estão representados por títulos públicos federais e fundos de investimentos, integrantes da carteira própria da Will Pagamentos e estão classificados nas categorias de mantidos até o vencimento, mantidos para negociação e disponíveis para venda e podem ser assim demonstrados:

	31/12/2022	31/12/2021
Disponível para venda	84.142	469
Certificados de Depósito Bancário	8.711	469
Títulos dados em Garantia - Outros	75.431	–
Mantidos até o vencimento (a)	154.377	105.397
Títulos dados em Garantia - LFT	118.438	105.397
Títulos Vinculados a Saldos em Conta Pré-paga - LFT	35.973	–
Títulos Vinculados a Saldos em Conta Pré-paga - LFT (Marcação a Mercado)	(34)	–
Para negociação	190.861	163.686
Cotas de Fundo em Direitos Creditórios - FIDC Recupera	190.861	140.939
Títulos dados em Garantia - Outros	–	22.747
Total	429.380	269.553
Circulante	190.861	164.156
Não circulante	238.519	105.397

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a administração procedeu a reclassificação dos ativos dados em garantia por arranjo Mastercard, da categoria de Mantido para Negociação para Disponível para Venda. Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários dentre as categorias acima apresentadas no exercício findo 31 de dezembro de 2021.

i. As LFTs demonstradas já apresentam o seu valor de curva, são contabilizadas pelo de valor de compra mais rentabilidade e por serem classificadas como mantidas até o vencimento não são elegíveis à marcação a mercado.

ii. A Instituição é a única cotista do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera, o qual adquire direitos creditórios inadimplidos da Will Financeira, controlada integral da Instituição, os quais são avaliados a valor justo anualmente com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada. Esses direitos creditórios totalizam o montante de R\$ 127.021 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 56.866 em 31 de dezembro de 2021). O Fundo recuperou um montante de R\$ 36.080 de direitos creditórios entre 01 de janeiro de 2023 até 30 de abril de 2023.

b) Resultado de Títulos e Valores Mobiliários

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultados de cotas de fundos de investimento	39.548	54.851	43.737
Rendas de Títulos de Renda Fixa	8.293	13.988	4.631
Total	47.841	68.839	48.368

7. Recebíveis de Cartão de Crédito

	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber cartão de crédito - faturado (a)	1.014.211	172.347
Valores a receber cartão de crédito - a faturar (b)	1.710.951	1.553.094
(-) Venda de autorizações (c)	(1.520.902)	(941.519)
Total de Recebíveis de Cartão de Crédito	1.204.260	783.922
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (d)	(16.212)	(11.480)
Total de Provisão para Perdas	(16.212)	(11.480)
Circulante	1.188.048	772.442
Não Circulante	—	—

(a) Faturas emitidas aos clientes do cartão Pag e Will ainda não vencidas;

(b) Compras realizadas pelos clientes do cartão de crédito que até a data base desta demonstração financeira não foram faturadas;

(c) A Companhia possui um processo de venda de recebíveis sem direito de regresso junto a Will Financeira, que consiste na antecipação de valores de compras realizadas pelos clientes do cartão de crédito que estão em aberto. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 registramos nas despesas com vendas de recebíveis o montante de R\$ 205.360 (R\$ 41.096 em dezembro de 2021).

(d) A provisão para perdas com recebíveis de cartão de crédito é constituída sobre o saldo das operações, com base em uma estimativa elaborada pela Administração.

a) Composição do Recebíveis de Cartão de Crédito por rating

Nível de Risco	31/12/2022	31/12/2021
	Carteira	Carteira
A	1.072.028	766.187
B	63.841	13.190
C	56.936	1.813
D	3.607	1.200
E	2.940	632
F	2.225	563
G	2.649	337
H	34	—
Total Geral	1.204.260	783.922
Circulante	1.204.260	783.922
Não Circulante	—	—

b) Constituição da Provisão para Perdas com Carteira de Crédito por níveis de risco

Conforme facultado na Resolução CMN nº 2.682/99, por se tratar de operações com valor abaixo de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais), essas operações são inicialmente classificadas no nível de risco "A", sendo reclassificadas para níveis de risco "B" até "H" em decorrência da eventual inadimplência verificada nesses contratos.

A provisão para perdas com carteira de crédito é constituída sobre o saldo da carteira das operações de crédito, o mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

Os saldos contábeis das operações de crédito, considerando os níveis estabelecidos em função da política de provisionamento, ficaram assim segregados:

Nível de Risco	31/12/2022	31/12/2021
	PDD Total	PDD Total
A	(5.360)	(8.412)
B	(638)	(295)
C	(1.708)	(150)
D	(361)	(354)
E	(882)	(656)
F	(1.113)	(795)
G	(1.854)	(817)
H	(34)	–
Total Geral	(11.950)	(11.480)

Além da provisão apresentada acima, a companhia realizou um estudo adicional para inclusão das informações contidas no FIDC Recupera, que participa de nosso conglomerado econômico, cumprindo os requisitos de arrasto da classificação de riscos das operações prevista pela Resolução CMN nº 2.682/99, gerando uma provisão complementar de R\$ 4.732.

8. Outros Créditos

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas antecipadas (a)	142.698	96.282
Valores a receber - sistema financeiro (b)	124.945	101.086
Valores pendentes de liquidação (c)	166.623	166.428
Impostos e contribuições a compensar	8.395	5.310
Compensação a receber (d)	289.384	312.705
Depósitos judiciais	144	278
Diversos	4.604	603
Total	736.793	682.692
Circulante	280.786	203.559
Não Circulante	456.007	479.133

(a) Trata-se principalmente de gastos referentes a custos de emissão de cartão de crédito, incluindo custos com impressão, embalagem, envio entre outros. As despesas são amortizadas com base no vencimento dos cartões emitidos;

(b) Valores pagos antecipadamente para realização de serviços financeiros e recargas de celulares aos clientes ou a receber de outros participantes do sistema financeiro;

(c) Valores correspondentes a compartilhamento de serviços a receber entre ex-controladores.

(d) Valores a receber por acordo firmado com ex-controladores, relacionados a segregação de saldos da cisão (Nota 1) com vencimentos até começo de 2027, sem atualização monetária.

9. Investimentos

31/12/2022					
	Resultado Líquido	Patrimônio Líquido Ajustado	%	Investimentos	Resultado de Investimentos
Will Produtos Ltda.	(420)	1.580	100	1.580	(420)
Will Holding Financeira Ltda.	(15.049)	344.839	100	344.839	(15.049)
Total	(15.469)	346.420		346.420	(15.469)

31/12/2021					
	Resultado Líquido	Patrimônio Líquido Ajustado	%	Investimentos	Resultado de Investimentos
Will Holding Financeira Ltda.	9.361	359.890	100	359.890	9.361
Total	9.361	359.890		359.890	9.361

No exercício foi constituída a empresa Will Produtos Ltda. a fim de prestar serviços de intermediação, administração de programas de fidelidades e relacionamento com clientes, serviços de marketing e promoções, análises estatísticas e pesquisas de mercado e outras atividades auxiliares dos serviços financeiros.

10. Imobilizado de Uso

a) Composição do Imobilizado

	Saldo em 31/12/2021	2022		
		Depreciação	Saldo Contábil	Saldo Líquido
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	1.703	(632)	3.761	3.129
Equipamento de Informática	933	(927)	1.705	778
Equipamento de Computação	15.879	(9.452)	20.105	10.654
Instalações	1.603	(1.241)	1.603	362
Máquinas e Equipamentos	2.275	(853)	1.483	630
Móveis e Utensílios	2.132	(1.797)	2.965	1.168
Telefonia	142	(139)	164	25
Veículos	762	(110)	109	—
Total	25.429	(15.151)	31.897	16.747

b) Movimentação Imobilizado

	Saldo em 31/12/2021	2022		Saldo em 31/12/2022
		Adições	Baixas	
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	1.703	4.481	(2.422)	3.761
Equipamento de Informática	933	774	(2)	1.705
Equipamento de Computação	15.879	6.320	(2.093)	20.105
Instalações	1.603	–	–	1.603
Máquinas e Equipamentos	2.275	12	(804)	1.483
Móveis e Utensílios	2.132	834	(1)	2.965
Telefonia	142	23	–	164
Veículos	762	–	(642)	110
Total do Imobilizado - Custo Histórico	25.429	12.444	(5.974)	31.897
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	(1.561)	(623)	1.551	(632)
Equipamento de Informática	(810)	(119)	1	(927)
Equipamento de Computação	(8.618)	(2.909)	2.076	(9.452)
Instalações	(1.085)	(156)	–	(1.241)
Máquinas e Equipamentos	(1.528)	(122)	796	(853)
Móveis e Utensílios	(1.642)	(157)	1	(1.797)
Telefonia	(131)	(8)	–	(139)
Veículos	(762)	–	652	(110)
Total do Imobilizado - Depreciação Acumulada	(16.137)	(4.094)	5.077	(15.151)
Total do Imobilizado - Valor Residual	9.292	8.350	(897)	16.746

11. Intangível

a) Composição do Intangível

	Saldo em 31/12/2021	2022		
		Amortização	Saldo Contábil	Saldo Líquido
Programas de Computadores	366	(144)	50.458	50.314
Desenvolvimento interno	49.693	(24.396)	123.488	99.092
Outros	663	–	663	663
Total	50.722	(24.540)	174.609	150.069

b) Movimentação do Intangível

	Saldo em 31/12/2021	2022			Saldo em 31/12/2022
		Adições	Transf.	Baixas	
Programas de Computadores	366	50.092	–	–	50.458
Desenvolvimento interno	49.693	74.251	–	(456)	123.488
Outros	663	–	–	–	663
Total do Intangível - Custo Histórico	50.722	124.343	–	(456)	174.609
Programas de Computadores	(71)	(889)	816	–	(144)
Desenvolvimento interno	(6.743)	(16.712)	(948)	8	(24.396)
Outros	–	(133)	133	–	–
Total do Intangível - Amortização Acumulada	(6.814)	(17.734)	1	8	(24.540)
Total do Intangível - Valor Residual	43.908	106.609	1	(448)	150.069

12. Depósitos e Relações Interfinanceiras

a) Depósitos

Os saldos em depósitos se referem a saldos em conta de pagamento pré-paga, que é um produto Pag! e Will, ofertado aos clientes, por isso a classificação de todo saldo em circulante.

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos de Livre Movimentação	53.786	32.789
Saldos Bloqueados	–	196
Total	53.786	32.985
Circulante	53.786	32.985
Não Circulante	–	–

b) Relações Interfinanceiras

As transações parceladas que ocorrem no cartão de crédito, sem juros de transações do cartão de crédito, com prazos máximos de 12 meses, portanto, o saldo a pagar em cada exercício corresponde ao fluxo máximo de um ano.

	31/12/2022	31/12/2021
Valores a liquidar - Bandeira (a)	2.735.641	1.705.280
Valores a Liquidar - Operações	16.557	1.253
Total	2.752.198	1.706.532
Circulante	2.752.198	1.706.532
Não Circulante	–	–

(a) Valores a liquidar - Bandeira: O prazo máximo de recebimento das transações de pagamentos que os clientes executam é de 30 dias contados da data da operação e o prazo médio de liquidação das bandeiras é de 27 dias a partir da data da transação.

13. Provisão

a) Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Passivos Contingentes - Cíveis	4.017	2.354
Total	4.017	2.354

A companhia é parte em ações judiciais em curso normal de suas operações, envolvendo os aspectos tais de natureza cível. Esses assuntos são discutidos nas diferentes esferas e os quais, quando requerido no andamento dos processos, envolvem depósitos judiciais pela Will Pagamento como garantia do processo.

Estas provisões são estimadas e ajustadas periodicamente pela administração, suportadas pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2022 totalizam o valor de R\$ 4.017 (R\$ 2.354 em 31 de dezembro de 2021). No fim do exercício de 2022, existem ainda processos cíveis e trabalhistas classificados como perda possível, sendo considerados contingências passivas, no montante de R\$ 896 (R\$216 em 31 de dezembro de 2021).

b) Movimentação

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	2.354	2.138
Constituição	5.738	2.197
Reversão de provisão	(4.023)	(986)
Baixa por pagamento	(704)	(1.077)
Atualização monetária	652	82
Saldo Final	4.017	2.354

14. Outras Obrigações

	31/12/2022	31/12/2021
Valores a repassar - Will Financeira (a)	238.518	251.786
Obrigações Trabalhistas	32.871	15.129
Passivo Fiscal Diferido	14.333	5.758
Credores Diversos - País	12.015	19.974
Fornecedores	5.693	6.428
Fiscais e Previdenciárias	2.090	4.642
IOF a Recolher	44	5.473
Total	305.564	309.190
Circulante	305.564	309.190
Não Circulante	—	—

(a) Estão representados por valores a repassar para a Will Financeira em decorrência dos valores faturados de créditos a receber, a serem liquidados financeiramente nos meses subsequentes ao balanço. Eles contemplam substancialmente duas operações, o valor que a Will Financeira tem que repassar a Will Pagamento para novas operações, como por exemplo operação de crédito rotativo e o valor que a Will Pagamento tem que repassar a Will Financeira dos recebimentos de clientes inadimplentes.

15. Tributos**a) Despesas Tributárias Conciliação dos encargos de IRPJ e CSLL**

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(164.187)	(249.530)	(87.831)
Resultado antes dos Impostos	(164.187)	(249.530)	(87.831)
Encargo Total do IRPJ e CSLL às			
Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	65.675	99.812	35.132
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL (1)	9	—	—
Compartilhamento de custos intragrupo	—	—	—
Resultado com Equivalência Patrimonial	(8.916)	(6.188)	3.744
Demais Despesas Indedutíveis	(611)	(1.673)	(2.910)
Créditos tributários não ativados (2)	(7.389)	(7.389)	—
Imposto de Renda e Contribuição Social	48.768	84.562	35.968
Impostos Diferidos	48.768	84.562	35.968

(1) Majoração da alíquota da CSLL impactando a contribuição diferida, a partir de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

(2) Por determinação do Banco Central do Brasil, a Companhia deixou de registrar créditos tributários a partir de dezembro de 2022, condição esta que deve ser respeitada até que a Will IP passe a apresentar lucros tributáveis.

b) Despesas Tributárias

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
PIS/COFINS	3.767	6.639	4.019
ISS	2.194	3.742	2.173
Outras Despesas Tributárias	94	186	93
Total	6.055	10.567	6.285

c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos*c.1 Ativos Fiscais Diferidos*

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para contingências cíveis	1.347	942
Provisão para Fornecedores	1.875	3.708
Outras Provisões	1.678	4.015
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	13	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.819	4.592
Total dos créditos sobre diferença temporária	9.732	13.257
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	211.684	115.025
Total IR e CS diferidos ativo	221.416	128.283

c.2 Passivos Fiscais Diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão Incentivo Mastercard	(14.333)	(5.758)
Total IR e CS diferidos passivo	(14.333)	(5.758)

d) Expectativa de Realização e Valor Presente dos Tributos Fiscais Diferidos

Realização do Crédito Tributário						
Ano	IRPJ		CSLL		Valor Contábil	Valor Presente
	Adições	Prejuízo Fiscal	Adições	Base	Total	Total
	Temporárias		Temporárias	Negativa		
2023	6.083	–	3.650	–	9.733	8.556
2024	–	351	–	210	561	441
2025	–	3.135	–	1.881	5.016	3.769
2026	–	8.308	–	4.985	13.293	9.417
2027	–	12.137	–	7.282	19.419	12.914
2028	–	16.390	–	9.834	26.223	16.525
2029	–	20.764	–	12.458	33.222	22.095
2030	–	25.409	–	15.245	40.654	25.507
2031	–	30.631	–	18.379	49.010	29.009
2032	–	15.179	–	9.107	24.286	13.561
Total	6.083	132.303	3.650	79.382	221.417	141.794

O valor presente dos tributos fiscais em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 141.794 (R\$ 128.283 em 31 de dezembro de 2021), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, utilizando na projeção da Taxa Selic adotada e no método de fluxo de caixa descontado, é possível visualizar o cálculo do valor presente do crédito tributário conforme demonstrado no quadro acima.

Nos termos da Resolução BCB nº 15/20, a realização e a manutenção do registro contábil do ativo fiscal diferido dependem do atendimento aos prazos e requisitos definidos na norma, como a apresentação de histórico de lucros tributáveis e realização de valores em dois períodos consecutivos acima de 50% dos valores originalmente previstos, bem como a expectativa da geração de lucros tributáveis futuros, baseados em estudo técnico que demonstre a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de 10 anos.

O estudo de realização dos créditos tributários elaborado pela administração para data-base de 31 de dezembro de 2022 projeta a existência de lucros tributáveis futuros para a realização do desses ativos dentro prazo máximo previsto na norma, especialmente em função das premissas de crescimento e rentabilização da carteira de clientes da Companhia, além dos ganhos de eficiência com investimentos recentes em tecnologia e redução de custos diretos, resultando em aumento de sua margem financeira, e de outras despesas operacionais, no contexto do plano de negócio da entidade (nota 1).

16. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o Capital Social é de R\$ 486.452 (quatrocentos e oitenta e seis milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), composto por 346.917.223 (trezentos e quarenta e seis milhões novecentos e dezessete mil duzentos e vinte e três mil) ações, sendo 184.855.995 em ações ordinárias e 162.061.228 em ações preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não conferem direito a voto, exceto nas hipóteses previstas na Lei das Sociedades por Ações, mas terão preferência no reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

Em 11 de julho de 2021, foi celebrado um acordo de investimento no Fundo de Private Equity da XP e com a Atmos Capital, no montante de R\$250.000 na Will Pagamento, em troca de uma participação minoritária (24,9%). O contrato prevê a reorganização societária do grupo, onde a empresa Will Holding Financeira Ltda ("Will Holding") foi criada em 03 de julho de 2021 e obteve o controle da Will Financeira em 19 de julho de 2021, sendo reconhecida por equivalência patrimonial no montante de R\$ 100.529. Adicionalmente, a Will Pagamento obteve o controle da Will Holding em 03 de agosto de 2021, sendo então a Will Pagamento a controladora da Will Holding e Will Financeira, onde foi realizado um aporte de aumento de capital no valor do investimento efetuado, com a consequente emissão de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações (preferenciais), processo o qual foi homologado pelo BACEN por meio do Ofício 12998/2022-BCB no dia 29 de junho de 2022.

Reservas

A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

As reservas de capital destinam-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

Dividendos

O artigo 26º do Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, serão destinados (i) 5% para a constituição da Reserva Legal, até que se alcance 20% do capital social; (ii) 25% para dividendos aos acionistas; e (iii) o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral. Todavia, o art. 27º também prevê que o dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração julgá-lo incompatível com a situação financeira da empresa, podendo a Diretoria propor à Assembleia Geral Ordinária que distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo.

Planos de participação societária futura

A Companhia oferece a colaboradores, administradores e parceiros selecionados, desde que aprovados pelo seu Conselho de Administração, planos de participação societária futura através de venda de opções. Tal plano possui natureza mercantil e objetivo de estimular o desenvolvimento da instituição no médio e longo prazo. As outorgas das operações essencialmente ocorrem em função da fluência do prazo, conforme aplicável.

17. Receitas de Intermediação Financeira e Receitas Operacionais

a) Receitas Financeiras de Operações de Cartão de Crédito

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Multa e Mora (a)	31.687	55.130	25.581
Recarga de Celular	774	1.709	1.770
Incentivo Mastercard (b)	10.634	21.269	13.312
Variação Cambial	820	1.736	897
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	339	339	50
Total	44.254	80.183	41.610

(a) Mora 1% a.m. e multa contratual 2% por evento.

(b) Valor referente a acordo entre Will Pagamentos e Mastercard (contrato assinado 31/12/2021), quando a Will IP atinge um determinado valor de utilização do cartão, é efetuado o recebimento do incentivo.

b) Receitas Operacionais

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receita de prestação de serviço	105.592	183.014	108.643
Receita de Intercâmbio (a)	102.295	179.717	108.643
Rendas de Serviços Prestados a Ligadas	3.297	3.297	–
Total	105.592	183.014	108.643

(a) São representadas pelas taxas geradas através da utilização dos cartões.

18. Despesas de Serviços Financeiros e Despesas Operacionais

a) Despesas de Serviços Financeiros

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas com provisão para perdas associadas a recebíveis de cartão de crédito	9.627	5.022	11.480
Despesas de Juros e Similares	136.335	207.371	43.313
Juros sobre financiamento tomado (a)	392	742	584
Despesas de desconto sobre recebíveis (b)	135.503	205.360	41.097
Despesas com descontos concedidos	440	1.269	1.632
Despesas com Tarifas e Similares	11.218	21.855	18.337
Despesas com tarifas do sistema financeiro	11.218	21.855	18.337
Total	157.180	234.248	73.130

(a) Juros sobre o leasing de máquinas e equipamentos;

(b) Taxa de desconto sobre antecipação de recebíveis de cartão de crédito realizados com a Will Financeira, conforme Nota Explicativa 19 - Partes Relacionadas.

b) Despesas Operacionais

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Outras despesas relacionadas a crédito	(37.245)	(66.852)	(43.647)
Custo de Transação (a)	(17.263)	(29.256)	(23.660)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(19.982)	(37.596)	(19.987)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	(26.424)	(46.713)	(12.550)
Despesas de pessoal	(60.321)	(117.589)	(64.033)
Proventos e honorários da administração	(36.998)	(72.809)	(39.489)
Encargos Sociais	(12.926)	(23.854)	(11.716)
Benefícios	(9.059)	(17.755)	(11.595)
Outras despesas de pessoal	(1.338)	(3.170)	(1.233)
Despesas de provisões	(1.039)	(1.664)	(216)
Depreciação e amortização	(13.637)	(21.826)	(10.246)
Outras despesas administrativas	(23.877)	(52.671)	(64.422)
Despesas de serviços técnicos	(12.472)	(17.744)	(26.064)
Despesas de escritório	(1.402)	(2.945)	(2.640)
Despesas de tecnologia	(162)	(497)	(11.026)
Despesas de marketing	(7.730)	(27.431)	(23.926)
Despesas de viagem	(1.422)	(2.486)	(475)
Outras despesas administrativas	(688)	(1.568)	(290)
Outras receitas (despesas) operacionais	(12.120)	(13.967)	(19.230)
Perdas com riscos operacionais	(4.731)	(7.864)	(5.621)
Outras receitas e despesas operacionais	(9.075)	(6.104)	(13.609)
Teste ao valor recuperável de ativos	—	—	(2.053)
Total	(176.348)	(321.282)	(216.395)

(a) São representadas pelos custos de emissões de cartões, embalagens, remessas e confecção.

19. Partes Relacionadas

	31/12/2022			
	Will Financeira	FIDC Recupera	Will Produtos	Total
Ativo	(1.490.925)	190.861	939	(1.299.125)
Depósitos Bancários	22.317	—	—	22.317
Títulos e Valores Mobiliários	—	190.861	—	190.861
Valores a receber	7.660	—	939	8.599
(-) Venda de autorizações	(1.520.902)	—	—	(1.520.902)
Passivo	(238.518)	(16.557)	—	(255.075)
Valores a Liquidar	—	(16.557)	—	(16.557)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(238.518)	—	—	(238.518)
Receitas (Despesas)	(135.503)	49.922	—	(85.581)
Resultados de cotas de fundos de investimento	—	49.922	—	49.922
Resultado Antecipação de Recebíveis	(135.503)	—	—	(135.503)

	31/12/2021		
	Will Financeira	FIDC Recupera	Total
Ativo	61.373	140.939	202.312
Depósitos Bancários	32.584	—	32.584
Títulos e Valores Mobiliários	—	140.939	140.939
Valores pendentes de liquidação	28.789	—	28.789
(-) Venda de autorizações	(941.519)	—	(941.519)
Passivo	(251.786)	(1.253)	(253.039)
Valores a Liquidar	(251.786)	(1.253)	(253.039)
Receitas (Despesas)	—	43.522	43.522
Resultados de cotas de fundos de investimento	—	43.522	43.522

(a) Representado pelo saldo da venda de recebíveis sem direito de regresso junto a Will Financeira, que consiste na antecipação de valores de compras realizadas pelos clientes do cartão de crédito que estão em aberto (nota 7).

Remuneração a Administração

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Honorários de diretores e conselheiros	3.325	4.881	2.970

No final de 2019 a Will Pagamentos foi gerada por um processo de cisão com o Grupo Avista, que na época era sua parte relacionada. Esse processo resultou em acordos pactuados com a contraparte de compartilhamento de serviços e indenização, conforme documentado na nota explicativa 8 de outros créditos.

20. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

a) Gestão de Riscos

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros: risco operacional, risco de liquidez, risco de crédito e risco de mercado. A gestão de riscos busca minimizar efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

b) Risco Operacional

Trata-se da possibilidade de a Instituição sofrer perdas decorrentes dos seguintes eventos: falhas na proteção e na segurança de dados sensíveis relacionados tanto às credenciais dos usuários finais quanto a outras informações trocadas com o objetivo de efetuar transações de pagamento, falhas na identificação e autenticação do usuário final, falhas na autorização das transações de pagamento; fraudes internas; fraudes externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho, práticas inadequadas relativas a usuários finais, produtos e serviços de pagamento, danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição, ocorrências que acarretem a interrupção das atividades da instituição de pagamento ou a descontinuidade dos serviços de pagamento prestados, falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades envolvidas em arranjos de pagamento e falhas na iniciação de transação de pagamento. Inclui-se ainda o risco legal derivado de eventual deficiência em contratos, sanções associadas a descumprimentos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades executadas pela Instituição.

c) Risco de Liquidez

Consiste na possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, além do não cumprimento, quando solicitado pelo usuário, da conversão de moeda eletrônica em moeda física ou escritural.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades.

d) Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, incluindo o inadimplemento do usuário final perante o emissor de instrumento de pagamento pós-pago e do emissor perante o credenciador de instrumento de pagamento e de instituição de pagamento devedora de outra instituição de pagamento em função de acordo de interoperabilidade entre diferentes arranjos.

e) Risco de Mercado

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

f) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo prever o capital necessário para suportar o crescimento da Will e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a manter, permanentemente, montantes de patrimônio líquido em valores superiores aos requerimentos mínimos. Conforme definido na Circular 3.681/13, as instituições de pagamento precisam manter um patrimônio líquido mínimo ajustado com as contas de resultado (Patrimônio Líquido + Contas de Resultado Credoras - Contas de Resultado Devedoras) de acordo com os tipos de serviços de pagamentos prestados. O requerimento mínimo de patrimônio da Will IP é calculado com base nos seguintes serviços:

Emissor de instrumento de pagamento pós-pago

i) no mínimo, 2% (dois por cento) do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses.

Emissor de moeda eletrônica

i) maior valor entre 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses ou

ii) do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente.

Na tabela abaixo, é demonstrado de forma detalhada, o requerimento mínimo de patrimônio da Will IP, conforme a regulamentação em vigor:

	31/12/2022
Patrimônio Líquido Ajustado	155.866
Volume Transações de Pagamento Pré-Paga	12.316.934
Média Últimos 12 meses	1.026.411
Saldo de Moedas Eletrônicas	53.786
Requerimento Mínimo de Patrimônio	74.314
Margem	81.552

21. Resultado Não Recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 não identificamos valores que deveriam ser classificados como resultados não recorrentes.

22. Informações suplementares ao fluxo de caixa**a) Transações que não afetam caixa**

	31/12/2022	31/12/2021
Diferença na aquisição de ativo intangível (nota 11)	33.947	-
Investimento - Will Holding	-	100.529
Total	33.947	100.529

A diferença entre o valor apresentado em aquisição de ativo intangível, na nota explicativa 11 e nos Fluxos de caixa das atividades de investimento da Demonstração dos Fluxos de Caixa, refere-se a aquisição do aplicativo Meu Pag! utilizado

em nosso aplicativo com os clientes. Esse intangível foi utilizado como método de pagamento de parte da compensação a receber mencionada na nota explicativa 8 (em 2021, o valor de R\$ 100.529 refere-se à equivalência patrimonial na Will Holding em conexão com reestruturação societária no grupo - nota 1, em sequência ao aporte de R\$ 250.000 da Companhia na Will Financeira).

23. Evento Subsequente

Em janeiro de 2023 a Will Financeira sofreu o desenquadramento do Índice de Basileia ("IB"), atingindo 8,68%, superior ao mínimo de 8% exigido pelas normas aplicáveis à instituição, porém inferior aos 10,5% quando considerado os 2,5% de Adicional de Capital Principal ("ACP"). Para o enquadramento da Will Financeira ser realizado, foi necessário efetuar um plano de regularização, que envolveu o aumento de capital na Will Financeira através da Will Pagamento (via Will Holding). Os recursos vieram do FIDC NP Recupera ("FIDC"), parte do Conglomerado Prudencial Will.

Nessa operação, a Will Pagamento efetuou a amortização parcial de cotas do FIDC e direcionou o caixa livre para realizar o aumento de capital na Will Financeira. O aumento de capital foi realizado em 29/05/2023, no montante de R\$ 70 milhões.

